

REVISTA ABRANGENTE



Revista Abrangente / Editora Fabrange – vol. 2, n.3 {mar .2023} – São Paulo: Faculdade Abrange ABC, 2023.

43p: il, color

Mensal ISSN 2764-9229

1. Educação. 2. Educação especial. 3. Inclusão escolar.
4. Pessoas com deficiência – educação. 5. Down, síndrome de. 6. Educação especial – Ensino auxiliado por computador. 7. Brasil {Estatuto da Criança e Adolescente} 1990. 8. Pessoas com deficiência – orientação e mobilidade – Legislação.
9. Tecnologia educacional. 10. Inovações educacionais.

Catálogo: Maria Inês Meinberg Perecin – CRB: 8/5598

EDITORIAL

CONHECIMENTO E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Conhecimento e inteligência emocional são uns dos recursos mais valiosos no mundo atual, há várias formas de ensinar, novas profissões, novas tecnologias, mas sem saber lidar com as nossas próprias emoções, com certeza teremos menos assertividade na vida e mais estresse. Cuidar da nossa saúde mental começa em gerenciar!

Conhecer as próprias emoções; Controlar as emoções.; Empatia. e relacionar-se interpessoalmente são alguns dos pilares da Inteligência emocional.

De acordo com a psicologia, inteligência emocional é a capacidade de identificar e lidar com as emoções e sentimentos pessoais e de outros.

O corre do dia a dia parece impossível saber gerir as emoções, portanto segue algumas dicas que podem melhorar a gerencias.

- 1) Você sempre será vilã ou vilão quando deixar de agradar quem quer que seja
- 2) Falarão do seu passado toda vez que seu presente for insuportável para eles
- 3) elimine as pessoas da sua vida em silêncio, elas sabem exatamente o que fizeram.
- 4) Diante de situações que não te dizem respeito, pense: Eu tenho mais o que fazer?. Isso poupará seu tempo, sua energia, saúde e relacionamentos.
- 5) Quanto mais experiências você adquire mais repertório você cria e menos necessidade de você ser entendido (a) Ou incluído(a).
- 6) Nunca tome decisões permanentes com base em emoções temporárias

Viver é sobre fazer escolhas. Saúde física e mental é o maior ativo que temos se não cuidar vai faltar.

Márcia da Silva Ferreira Hentz - Administradora e Gestora do Polo Educa Osasco

Revista ABRANGENTE

Editora-Chefe

Profa. Dra. Adriana Alves Farias

Conselho Editorial

Profª Adriana de Souza

Profº Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Júnior

Márcia da Silva Ferreira Hentz

Rosali de Oliveira Mendes

Elaine Cristina Romanha Pavecchi

Secretários Executivos

Aldinei Tomé

Lucilia Bárbara Miguel

Revisão e Normalização de Textos

Telma Tomé

Adriana Martinez Cheliga

Bibliotecária

Maria Inês Meinberg Perecin

CRB - 8/5598

Programação Visual e Diagramação

Eliana Duarte de Souza

Projeto Gráfico

FABRANGE – Faculdade Abrange ABC

Direção Geral

Tânia Tomé

COPYRIGHT

Revista Abrangente, FABRANGE – Faculdade Abrange ABC

Volume 2, Número 03 (Março/2023) - SP
ISSN 2764-9229 (Digital)

SITE: <https://fabrange.edu.br/revista/>

Revista sem fins lucrativos. Publicação Mensal e multidisciplinar. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

05 OS BENEFÍCIOS DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA A EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

ANDRÉ LUIS DA SILVA FERREIRA

17 INCLUSÃO NAS ESCOLAS: UM DESAFIO PARA ALÉM DAS ESFERAS CURRICULARES

QUERLI PEREIRA DOS SANTOS

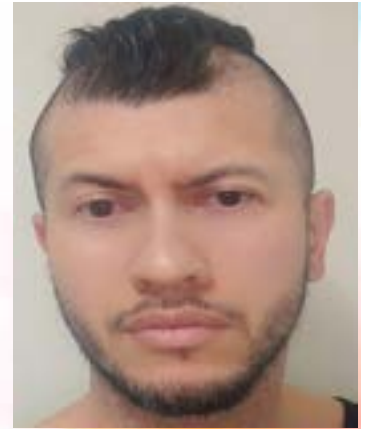
22 POR UM PROCESSO DE INCLUSÃO EFETIVO E A BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES EDUCACIONAIS PÚBLICAS, EQUITATIVAS E DE QUALIDADE

VANIA ANSELMO QUARTIM DE BLASIIS

34 O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO NO PROCESSO APRENDIZAGEM

YARA DA SILVA FARIA

OS BENEFÍCIOS DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA A EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN



ANDRÉ LUIS DA SILVA FERREIRA

Graduação em Letras pela Universidade Bandeirante de São Paulo (2009); Professor de Ensino Fundamental II - Língua Inglesa

RESUMO

Este artigo tem como propósito compreender como ocorre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças portadoras da síndrome de Down com o intermédio das tecnologias assistivas. Os resultados demonstram que as tecnologias assistivas podem ser de grande ajuda na inclusão e no processo de ensino e aprendizagem do educando com Síndrome de Down. Oportunizar a participação em atividades que façam com que o educando se relacione o máximo com outros indivíduos é o caminho. A utilização de tecnologias assistivas em parceria com o educador potencializa a memória visual dos alunos com síndrome de Down e permite uma aprendizagem rica e de qualidade, quando o foco está nas habilidades e não nas deficiências, propiciando condições para que ocorra a educação inclusiva. Na perspectiva de educação inclusiva, o uso da tecnologia assistiva contempla as demandas pedagógicas provenientes das necessidades educacionais da criança Down, visto que explora sua habilidade na memória visual e se apresenta ao professor como ferramenta pedagógica que possibilitará direcionar seu trabalho às necessidades educacionais da criança como um suporte individualizado e direcionado, permitindo perceber as mudanças no desenvolvimento da criança e passar a acreditar em sua capacidade. As TA's oferecem outros recursos didático-pedagógicos adaptados para que os estudantes possam dialogar, realizar suas atividades, explorar o universo que os cerca e conseqüentemente serem mais felizes.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias Assistivas; Síndrome de Down; Aprendizagem; Inclusão.

INTRODUÇÃO

Sempre houve muito preconceito quanto ao indivíduo com Síndrome de Down, que durante muito tempo, foi visto como retardado, incapaz e, até mesmo monstro ou filho do diabo. Entretanto,

ainda na atualidade existem algumas distorções acerca do conceito do portador, que é confundido com deficiente mental (VOIVODIC, 2007).

Contudo, agora já se sabe que essa síndrome está associada a uma alteração genética e que seus portadores, ainda que manifestem dificuldades e limitações, podem levar uma vida normal e executar atividades diárias da mesma maneira que qualquer outro ser humano.

Mello (2007) garante que, a partir de estimulações apropriadas é possível que o indivíduo com Síndrome de Down se desenvolva, realize atividades cotidianas e até mesmo obtenha formação profissional.

Em contrapartida, de acordo com Silva (2016), a ausência de atendimento especial, particularmente nas séries iniciais, juntamente com a falta de recursos e equipe qualificada, a estrutura física inadequada, a necessidade de novas propostas de ensino, a não continuidade de planejamento e ações, e a não igualdade de recursos e oportunidades, acarretam na dificuldade do acesso de muitas crianças com necessidades educativas especiais ao ensino especializado.

Geralmente, na criança Down, todo o trabalho cerebral se processa de forma mais lenta. A atenção é menor, ela não consegue se concentrar o tempo suficiente para absorver as ordens dadas. Ela se cansa muito rapidamente e com isso, a energia essencial para manter a concentração, desaparece (MAGNO et al, 2016).

Conforme estudos desenvolvidos por Bower e Hayes (1994 apud MAGNO et al, 2016), as crianças com síndrome de Down apresentam maior habilidade na memória visual do que na memória auditiva, o que faz com que tenham um melhor desenvolvimento e aprendizado através de recursos e ferramentas educativas que façam uso de suporte visual para assimilar e compreender as instruções e informações. Dessa forma, Foreman e Crews (1998 apud MELLO, 2007) afirmam que a utilização de sistemas de informação e comunicação com sinais (imagens e gestos) por meio da mediação social reduz as dificuldades de comunicação, melhorando o aprendizado e o desenvolvimento das crianças Down.

Desse modo, uma parte considerável desta população depende e necessita de uma tecnologia que dê assistência em suas necessidades para que sua educação seja concluída com êxito. As novas metodologias aliadas às tecnologias de ensino promoverão uma dinâmica mais apropriada nos ambientes escolares, sendo que as características do funcionamento mental dos indivíduos com deficiência serão testadas para se transpor os obstáculos do meio cognitivo. É possível fazer uso das TICs como Tecnologias Assistivas, que podem contribuir de modo significativo com o processo de aprendizagem das pessoas com deficiência.

De acordo com Bastos (2011), Tecnologia Assistiva ainda é um termo novo usado para designar todo o arsenal de Recursos e Serviços que colaboram para promover ou aumentar habilidades funcionais de indivíduos com deficiência e conseqüentemente tornar possível uma vida independente e o processo de inclusão. Ou seja, é toda ferramenta ou recurso utilizado com o objetivo de oferecer uma maior independência e autonomia ao deficiente, além de melhorar sua qualidade de vida e o incluir socialmente.

Nesse sentido, percebeu-se a importância das tecnologias assistivas, auxiliando no processo de aprendizagem. No computador, as atividades desenvolvidas precisam abranger diversas formas para chamar e prender a atenção da criança (MAGNO et al, 2016).

Assim sendo, o presente artigo tem como finalidade debater a respeito da educação da criança com Síndrome de Down, analisando a importância das tecnologias assistivas em inclusão e aprendizagem.

Para tanto, baseou-se na bibliografia de estudiosos da área, encontrada em livros, revistas, sites e na própria experiência profissional, que permitiu observar a questão das tecnologias assistivas como recurso na educação da criança com Síndrome de Down.

CONHECENDO A SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down consiste numa alteração cromossômica que causa deficiência mental. É caracterizada pela falha na divisão celular, que pode ocorrer tanto no desenvolvimento do óvulo ou do espermatozoide, como também durante as primeiras divisões do óvulo fecundado.

Essa alteração genética é configurada pela presença extra do autossomo 21, ou seja, no lugar de dois cromossomos 21, o indivíduo apresenta três. Tal alteração é chamada de trissomia simples (SILVA, 2016).

Além da Trissomia simples, que envolve 94% dos casos, ainda existem mais dois tipos de anomalias cromossômicas mais raras: a Translocação - 3 a 5% dos casos e o Mosaicismo – 2 a 3% dos casos (LEFÉVRE, 1985).

A Translocação é rara. Acontece com os cromossomos do par 15, que são grandes devido à translocação do material do cromossomo 21 extra, o que provoca a Síndrome de Down. O número efetivo de cromossomos é normal: 46. Conforme Mustacchi e Rozzone (1998, p. 31), “crianças com Síndrome de Down do tipo translocativo são provenientes comumente de pais jovens, um dos dois traz a translocação 15/21. O portador tem 45 em vez de 46 cromossomos, porém é normal a quantidade de material do cromossomo 21”.

Já o Mosaicismo, segundo Coelho (2016), é muito raro. Na Síndrome de Down, trata-se da coexistência, em uma pessoa, de células com números diferentes de cromossomos, por exemplo: cultura de células da pele pode apresentar 46 cromossomos, células sanguíneas, 47. Nesse tipo de síndrome pode haver menos anormalidades. De acordo com Lefèvre (1985), o erro de distribuição, ocorre na segunda ou terceira divisão, desse modo algumas células são normais e outras têm trissomia. Não é familiar.

Para Mustacchi e Rozzone (1998, p. 32), o mosaicismo resulta de “erro na divisão de primitiva embrionária. Uma das células do embrião em desenvolvimento ganha um cromossomo 21 extra e transmite a seus descendentes. De forma que se forma duas linhas de células, com números diferentes de cromossomos”.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PORTADOR DA SÍNDROME DE DOWN

Conforme afirma Schwartzman (2000), a síndrome de Down é caracterizada por um conjunto de alterações associadas, que são percebidas em muitos casos.

As principais alterações orgânicas, características da síndrome são: cardiopatias, prega palmar única, baixa estatura, atresia duodenal, comprimento reduzido do fêmur e úmero, bexiga pequena e hiperecongenica, ventriculomegalia cerebral, hidronefrose e dismorfismo da face e ombros (SCHWARTZMAN, 2000, p. 28).

Também é possível observar outras alterações, como: braquicefalia, fissuras palpebrais, hipoplasia da região mediana da face, diâmetro fronto-occipital reduzido, pescoço curto, língua protusa e hipotônica e distância aumentada entre o primeiro, o segundo dedo dos pés, crânio achatado, mais largo e comprido; nariz geralmente arrebitado por falta de desenvolvimento dos ossos nasais; quinto dedo da mão bastante curto, curvado para dentro e constituído com apenas uma articulação; mãos curtas; ouvido simplificado e coração anormal (SILVA, 2016).

Quanto às alterações fisiológicas, segundo Schwartzman (2000), pode-se perceber muita sonolência nos primeiros dias após o nascimento e, dificuldade para acordar e sugar e deglutir. Todavia, essas alterações vão sendo atenuadas ao longo do tempo, a partir do momento em que a criança vai crescendo e se tornando mais atenta.

Quando ocorrem dificuldades para pronunciar e desenvolver a linguagem, tratamentos específicos podem obter sucesso. No que se refere ao coração, estudos comprovam que mais de 40% das crianças apresentam problemas cardíacos na ocasião do nascimento ou logo na sequência. Uma grande quantidade de crianças morre prematuramente. A pele possui manchas e se torna seca com a idade. Os cabelos são finos e ralos (DIAS, 2004).

As crianças Down são quase sempre mais baixas do que as crianças normais. Nasceram com as mesmas medidas das crianças normais. Porém, a partir dos 4 anos ocorre uma redução no crescimento. Crianças com 15 anos têm altura correspondente a uma criança de 8 – 9 anos. Quando adultos, os homens medem em média 1,52m e as mulheres 1,40m. Quanto ao peso, podem apresentar obesidade na segunda infância e na adolescência (COSTA, 2010).

Segundo Costa (2010), com relação à saúde geral na infância, de 20 a 40% dessas crianças não sobrevivem nos primeiros meses ou anos. Observa-se uma tendência à infecção nos olhos, ouvidos e aparelho respiratório. Na adolescência, o desenvolvimento sexual pode ser tardio e incompleto. São poucos os que se casam; alegam que existe uma redução da libido. Poucas mulheres Down chegam a ser mães, dentre as quais, aproximadamente 50% dos filhos nasceram com a Síndrome, os demais nasceram normais. Já os adultos Down parecem envelhecer de forma mais rápida. O processo de envelhecimento se apresenta primeiramente na pele e posteriormente na mucosa bucal, o que pode gerar perda prematura dos dentes. As infecções respiratórias podem ser graves problemas nos adultos e compõem causa potencial das mortes.

De acordo com Silva (2016), o sistema nervoso da criança portadora da Síndrome de Down apresenta falhas estruturais e funcionais, que geram disfunções neurológicas, que mudam de intensidade e modo de manifestação.

A partir de suas pesquisas, Wisniewski (1990 apud SILVA, 2016) revelou que até os cinco anos de idade, o cérebro das crianças Down tem o formato similar ao de crianças normais, contendo apenas diferenças de peso, que é menor que o considerado normal. Isso se dá em virtude de uma desaceleração do crescimento encefálico que começa em torno dos três meses de idade.

Para Damasceno (1997), uma criança com Síndrome de Down possui tendências espontâneas para evoluir, uma vez que seu Sistema Nervoso Central continua amadurecendo ao longo do tempo. No entanto, este amadurecimento é mais lento do que o observado nas crianças normais.

AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

CONCEITO

A Tecnologia Assistiva é uma ciência nova, que cada vez mais vem ganhando espaço em especial devido às políticas de inclusão e seus facilitadores. Ela é dessa forma definida por Berschi (2008, p. 15), como “um termo ainda novo usado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para promover ou ampliar habilidades funcionais de indivíduos com deficiência e consequentemente promover uma vida independente e inclusiva”.

De acordo com Cook e Hussey (1995 apud MAGNO et al, 2016, p. 09), é “uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas encontrados pelos indivíduos com deficiências”.

Nas sábias palavras de Bastos (2011, p. 08), “Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”.

No entanto, para Maria de Mello (2007, p. 18), Terapeuta Ocupacional e especialista em TA, “uma Tecnologia Assistiva é qualquer coisa que melhora o desempenho funcional de uma pessoa com deficiência”.

Diante de tais definições, é possível afirmar que o objetivo central da TA é oferecer maior independência, qualidade de vida e inclusão social à pessoa com deficiência, a partir da ampliação de sua comunicação,

Dessa forma, as diversas literaturas são unânimes em afirmar que as Tecnologias Assistivas vieram para melhorar a vida da pessoa com necessidades especiais, pois visam atender a uma necessidade dele dando funcionalidade e mobilidade nas suas ações.

A disponibilidade desses recursos em nossas escolas já uma realidade. O MEC, em parceria com os municípios, já remete recursos para que a escola elabore seu plano de ação e consiga melhorar o atendimento a esse público, a partir de implantação de salas de AEE, mobiliários específicos e equipamentos que facilitem a aprendizagem e a inserção dos alunos no meio social (OLI-

VEIRA FILHO, 2010).

Dentro das Tecnologias Assistivas, podemos destacar vários recursos e serviços que facilitam a convivência e a inserção dos alunos com deficiências nas salas de aula, além de destacar a capacidade e a habilidade que a criança com Síndrome de Down tem.

Em termos gerais, TA seria toda a tecnologia voltada a dar suporte (mecânico, elétrico, eletrônico, computadorizado etc.) a indivíduos com algum tipo de deficiência, seja física, visual, auditiva, mental ou múltipla. Dessa forma, tais suportes podem ser: cadeiras de rodas de todos os tipos, próteses, órteses, uma série incontável de adaptações, aparelhos e equipamentos nas mais diversas áreas de necessidade pessoal (alimentação, comunicação, mobilidade, transporte, educação, trabalho, lazer, esporte etc.). De acordo com a Associação Brasileira de Tecnologia Assistiva (ABTECA, 2016), no CD-ROM denominado Abledata, já se encontram catalogados mais de 19.000 produtos tecnológicos voltados para indivíduos com deficiência e esse número cresce a cada ano.

AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS FACILITANDO A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

No Brasil, o censo do ano 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) levantou que existem cerca de 45,6 milhões de indivíduos com algum tipo de deficiência no país, isto é, 23,9% da população nacional (LEAL & THOMÉ, 2016). Dentre eles, aproximadamente 50% são portadores de deficiência mental (DM) (OMS, 2001).

O Censo 2010 também aponta que existe uma diferença considerável no nível de escolaridade entre indivíduos com deficiência e a população geral - 61,1% da população deficiente com 15 anos ou mais não possui instrução ou possui somente o ensino fundamental incompleto. Quando se trata das pessoas sem deficiência, essa porcentagem cai para 38,2%.

No geral, alunos portadores de deficiência mental apresentam velocidade diferenciada de aprendizagem, bem como maneiras diferenciadas de compreender os conceitos. Portanto, o processo de aprendizagem deve ser respeitado no tocante à individualidade de cada aluno, de forma que cada passo percorrido dê a ele o significado de uma conquista.

No sentido de promover tal intenção, pesquisas afirmam que as TICs vêm sendo uma ferramenta importante para auxiliar o aluno portador de deficiência mental a desenvolver-se integralmente, isto é, conquistar o conhecimento.

Alfabetizar alunos portadores de deficiência mental é um desafio constante aos educadores, e um objetivo a ser perseguido. Geralmente, a caminhada é longa e irá depender do nível de desenvolvimento de cada aluno, por este motivo é que se fala constantemente no respeito que se deve ter às individualidades.

Dentre as DMs, destaca-se a Síndrome de Down, que é responsável por aproximadamente 18% dos casos de DM (RUSHEL & NOVAES, 2016).

De acordo com Rushel e Novaes (2016), já foi comprovado que a estimulação adequada traz ótimos resultados, independente da data de início; porém, quanto mais precoce for a estimulação das crianças com qualquer tipo de Deficiência Mental, sejam portadoras de Síndrome de Down ou não, mais eficazes serão os resultados e melhor será o seu desenvolvimento integral.

Neste sentido, atualmente, é notável o uso da tecnologia para facilitar a vida do ser humano, mas nem sempre ela está acessível a todos. Para aqueles indivíduos com algum tipo de deficiência, o uso de mecanismos tecnológicos acaba sendo de difícil acesso. Dessa forma, a inclusão da tecnologia assistiva se torna primordial para promover adaptações, independência e inclusão social.

Nas crianças com síndrome de Down, o trabalho cerebral é processado de modo mais lento. Muitas delas têm uma capacidade de concentração mais curta e são facilmente distraídas. Ela também se cansa muito rapidamente, o que dificulta atividades mais demoradas, requerendo uma atividade que seja orientada a um processo de estimulação.

Para ampliar a capacidade de concentração de indivíduos com Síndrome de Down, Cunningham (2008), sugere que trabalhar com o computador pode ajudar a manter o interesse da criança por mais tempo.

Assim, o computador pode ser uma excelente ferramenta para auxiliar neste processo de estimulação. Por meio do computador, as atividades cotidianas dessas crianças podem ser trabalhadas de inúmeras formas. Um exemplo se encontra no jogo educacional, que tem um papel relevante na estimulação da criança, visto que é uma maneira natural de ela entrar em contato com a realidade. Além de ser uma grande fonte de prazer para a criança que o usa, ele possibilita que ela libere suas energias, transforme uma realidade difícil, sobretudo para as crianças com necessidades especiais. Ele é considerado um dos meios mais favoráveis na construção do conhecimento, uma vez que para a atividade nele sugerida, a criança usa seu lado sensorio-motor, isto é, trabalha com o corpo e com a mente, desenvolvendo diversas habilidades importantes para sua educação como: “a descoberta, identificação, observação, análise, criatividade, autoconfiança e outros fatores que fazem com que a criança desenvolva seus conhecimentos e, simultaneamente, interaja com pessoas especiais ou não” (MAGNO et al, 2016).

Brincar é a forma mais natural com a qual o ser humano aprende a se relacionar com o mundo. É através do jogo que a criança formula hipóteses e conceitos e reorganiza a própria vida, vivenciando conflitos e prazeres, resolvendo-os e superando-os a partir da imaginação (MELLO, 2007).

Brincando, a criança compreende o mundo à sua volta e supera seus atrasos aceitando suas restrições. O lúdico é fundamental para que a criança expresse sua criatividade, utilizando suas potencialidades de forma completa.

Segundo Heidrich (2008), o uso dos jogos é uma forma de revelar conflitos, anseios e expectativas, pois ao brincar não estamos trabalhando apenas o momento, mas todo o passado e o futuro. O movimento do jogo ou brincadeira motiva a espontaneidade, que gera estimulação suficiente, fazendo surgir assim, a confiança que lhe possibilita desenvolver habilidades necessárias para a comunicação.

No caso da criança com necessidades especiais, é uma oportunidade para mostrar suas habilidades, visto que lhe permite conquistar o domínio da comunicação com os demais. Os jogos podem mediar a aprendizagem bem como o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais, desde que seja oferecida aos educadores uma formação inicial e continuada que vise a compreensão crítica da superação do modelo da integração para o modelo de inclusão de modo a compreenderem e analisarem as diversas interações que a criança pode ter por meio dos jogos e brincadeiras, no entendimento mais complexo da inclusão no cotidiano cultura, social e escolar (HEIDRICH, 2008).

Assim sendo, a combinação do computador com jogos se torna perfeita, visto que agrega a riqueza dos jogos educativos com o poder de atração dos computadores. E, conseqüentemente, tem-se os jogos educacionais computadorizados, onde o computador é utilizado de modo lúdico e prazeroso para explorar uma determinada área de conhecimento, além de trabalhar com algumas habilidades, como, por exemplo, destreza, associação de ideias e raciocínio lógico e indutivo, entre outras (CATAPAN, 2003).

O principal propósito dos jogos é incentivar o desenvolvimento de noções cotidianas, já que estes elementos são o primeiro passo para o processo de alfabetização e socialização das crianças com Síndrome de Down.

Existe uma gama de softwares e jogos disponíveis na Internet que facilitam o trabalho pedagógico com os alunos com síndrome de Down.

No entanto, de acordo com Galvão Filho e Damasceno (2016), as limitações da pessoa com deficiência tendem a se tornar uma barreira para essa aprendizagem. Desenvolver e disponibilizar Tecnologias Assistivas seria uma forma efetiva de neutralizar as barreiras geradas pela deficiência e permitir a inclusão desse indivíduo nos ambientes ricos para a aprendizagem, oferecidos por sua cultura.

Outra dificuldade a que o indivíduo com deficiência está sujeito são os preconceitos. Desenvolver recursos de Tecnologia Assistiva também pode combater tais preconceitos, uma vez que, a partir do momento em que lhe são fornecidas as condições para interagir e aprender, esclarecendo o seu pensamento, a pessoa com deficiência será percebida de forma mais fácil e tratada como um “diferente-igual”. Isto é, “diferente” em função de sua condição de pessoa com deficiência, mas, simultaneamente, “igual” por interagir, relacionar-se e competir em seu meio com recursos mais poderosos, fornecidos pelas adaptações de acessibilidade disponíveis. Assim, essa pessoa poderá dar passos maiores rumo à eliminação do preconceito e das discriminações, em consequência do respeito alcançado com a convivência, aumentando sua autoestima, porque passa a poder esclarecer melhor seu potencial e seus pensamentos (GALVÃO FILHO & DAMASCENO, 2016).

Dessa forma, as Tecnologias Assistivas têm se mostrado uma ferramenta de auxílio poderosa. Os livros digitais, mouses adaptados, os leitores de tela, máscaras de teclado, teclados virtuais, monitores com telas sensíveis ao toque, acionadores especiais e simuladores diversos, dentre tantos outros, foram desenvolvidos para facilitar a vida dos educandos com necessidades especiais e alcançam um público cada vez mais diverso e numeroso (MAGNO et al, 2016).

Na opinião de Magno et al (2016), aliar a informática à educação não é apenas acrescentar conteúdos em softwares, mas sim procurar simular o processo de ensino-aprendizagem tornando a aplicação uma ferramenta de auxílio ao educador e ao educando, objetivando a melhora da qualidade de ensino, possibilitando que o software seja um amparo para construção de conhecimento e não simplesmente um sinônimo de automação na educação.

O aprendizado proporcionado por esta ferramenta representa um fundamento para a convivência social e também para aprendizados futuros das crianças Down. Além do aprendizado do conteúdo sugerido, o software promove o desenvolvimento de algumas habilidades como: criatividade, raciocínio, coordenação motora e obediência a instruções orais. Estimula ainda o desenvolvimento das áreas cognitivas, afetiva, linguística, social, moral e motora, colaborando para a construção da autonomia. Porém, o desenvolvimento de um software voltado para a área da educação requer a participação de uma equipe multidisciplinar, como especialistas em computação, designer e pedagogia, onde cada um contribuirá com uma parte no desenvolvimento do mesmo (CATAPAN, 2003).

Portanto, as Tecnologias Assistivas, em especial, as atividades desenvolvidas com o computador, a partir dos softwares educativos, têm promovido um impacto muito grande na vida dos alunos com Síndrome de Down, enriquecendo sua capacidade intelectual, seu sentimento de autoestima, e colocando-os em contato com sua capacidade de aprender cognitiva e emocionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto, foi possível concluir que os portadores da Síndrome de Down têm capacidades que, se investidas, chegam a surpreender.

As crianças com síndrome de Down apresentam pouca habilidade de assimilação da informação por meio da memória auditiva de curto prazo, o que gera dificuldade de aprendizagem na forma narrativa e oralizada praticada pela maioria dos educadores no contexto atual do ensino regular. Em contrapartida, tais crianças apresentam sua memória visual como habilidade a ser potencializada. Neste sentido, a utilização de tecnologias assistivas aliada à figura do mediador social (educador) potencializam a memória visual das crianças Down e permitem uma aprendizagem rica e de qualidade, quando o foco está nas habilidades e não nas deficiências, propiciando condições para que ocorra efetivamente a educação inclusiva.

Portanto, uma parte considerável desta população depende e precisa, para que sua educação se complete com êxito, de uma tecnologia que a assista em suas necessidades. Sendo assim, as tecnologias assistivas têm um papel muito importante na estimulação da criança.

É possível trazer para os indivíduos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) a realidade da computação e, assim, proporcioná-las mais uma oportunidade de integração junto à sociedade, colaborando para sua cidadania. Desse modo, os alunos com Síndrome de Down podem ter na tecnologia uma ótima ferramenta auxiliar, visto que lhes oportuniza participação em atividades que permite que se relacionem o máximo com outras pessoas.

Numa perspectiva de educação inclusiva, o uso da tecnologia assistiva contempla as demandas pedagógicas provenientes das necessidades educacionais da criança com síndrome de Down, visto que explora sua habilidade na memória visual e se apresenta ao professor como ferramenta pedagógica que possibilitará direcionar seu trabalho às necessidades educacionais da criança down como um suporte individualizado e direcionado, permitindo ao educador perceber as mudanças no desenvolvimento da criança e passar a acreditar em sua capacidade. Através da utilização dos recursos de imagens, cores, efeitos visuais, textos e instruções claras e objetivas, proporcionadas pelas Tecnologias Assistivas, o professor, enquanto mediador social, pode preparar suas aulas e atividades de modo que a criança Down possa realizá-las de forma lúdica, buscando quebrar as barreiras que a impede de interagir, participar, desenvolver e adquirir novos conhecimentos.

No entanto, é necessário que seja realizada uma reestruturação no atual modelo de ensino das escolas públicas, com práticas pedagógicas voltadas às habilidades cognitivas e sociais o aluno com síndrome de Down, que permitirá ampliar suas oportunidades e possibilidades individuais, facilitando e promovendo seu desenvolvimento social e intelectual.

As Tecnologias Assistivas muito têm contribuído para a permanência deste estudante no ambiente escolar. Elas nos possibilitam oferecer outros recursos didático-pedagógicos adaptados para que os estudantes possam dialogar com seus pares, realizar suas atividades, explorar o universo que o cerca e conseqüentemente serem mais felizes.

REFERÊNCIAS

ABTECA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA ASSISTIVA. **O que é Tecnologia Assistiva?** Disponível em: <http://www.abteca.org.br/tecnologia-assistiva.html>. Acesso 15 mar. 2023.

BASTOS, A. M. **Tecnologia Assistiva. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde)** – Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. São Paulo, 2011.

BERSCHI, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI (Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil), 2008.

CATAPAN, A. H. **Pedagogia e tecnologia: a comunicação digital no processo pedagógico**. EDUCAÇÃO. Porto Alegre, ano XXVI, n.º 50, junho de 2003.

COSTA, C. L. M. S. **Benefícios da estimulação precoce com o uso da música na Síndrome de Down. Monografia (Curso de Metodologias Inovadoras Aplicadas à Educação na especificidade de Educação Especial e Inclusão).** Faculdade Internacional de Curitiba – FACINTER. Curitiba, 2010.

COELHO, D. C. **A Importância da Estimulação Precoce na Síndrome de Down.** Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/7/DANIELA%20CARVALHO%20COELHO.pdf>. Acesso 15 mar. 2023.

CUNNINGHAM, C. **Síndrome de Down – uma introdução para pais e cuidadores.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DIAS, C. **Construindo o caminho – Um desafio aos limites da Síndrome de Down.** 2ª ed. São Paulo: Augustus, 2004.

GALVÃO FILHO, T.; DAMASCENO, L. L. **A Tecnologia Assistiva em Ambiente Computacional e Telemático na Educação de Alunos com Necessidades Especiais.** Disponível em: <http://www.galvaofilho.net/assistiva/assistiva.htm>. Acesso 15 mar. 2023.

HEIDRICH, R. O. **Criatividade na Educação de Deficientes Mentais com o uso de Softwares Educativos.** Tese de Mestrado - UNESP – Bauru - FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2008.

HOGETOP, L.; SANTAROSA, L. M. C. **Tecnologias Adaptiva/Assistiva Informáticas na Educação Especial: viabilizando a acessibilidade ao potencial individual.** Revista de Informática na Educação: Teoria, Prática – PGIE/UFRGS. V.5 N° 2, nov/2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso 15 mar. 2023.

LEAL, L. N.; THOMÉ, C. **Brasil tem 45,6 milhões de deficientes.** Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-456-milhoes-de-deficientes,893424,0.htm>. Acesso 15 mar. 2023.

INCLUSÃO NAS ESCOLAS: UM DESAFIO PARA ALÉM DAS ESFERAS CURRICULARES



QUERLI PEREIRA DOS SANTOS

Graduada em: Educação Artística (licenciatura plena), pela Faculdade de Educação e Cultura Montessori (FAMEC) (2005); Pedagogia (licenciatura em pedagogia), pela Faculdade Paulista São José (2014); Pós-graduada (lato- Sensu) em Arteterapia na Educação pela Faculdade Polis de Arte (2015); Professora de Ensino Fundamental II e Médio - Arte - na EMEF Prof.ª Iracema Marques da Silveira; Professora de Ensino Fundamental II e Médio - Arte - na EE Prof. Francisco de Paula de Oliveira Júnior.

RESUMO

Em uma análise documental de medidas sobre inclusão, em especial ao acesso e permanência, aferidas nos currículos oficiais: estadual e municipal, sob a orientação na Base Comum Curricular Nacional, nota-se um abismo entre a teoria e a prática. No que se refere a teoria o Currículo da Cidade, municipal, Paulista de Ensino, estadual, supre às orientações pedagógicas quanto aos alunos, e alunas, com deficiência. Entretanto, diversos especialistas concordam que o exercício desta prática não ocorre em concordância com os documentos curriculares. O presente artigo, pretende colaborar com a discussão, além sugerir o exercício de aprendizagens inclusivas na gestão de sala de aula referente às metodologias diferenciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Controvérsias na inclusão; Educação especial.

INTRODUÇÃO

O conceito de que “todos somos iguais”, é precedido de garantias como: direitos e deveres, comum a todos no que se refere à humanidade. Ou seja, sobe a égide mundial o princípio de igualdade é, em quase todos os países, defendido veementemente com leis e políticas públicas. Justificando o princípio de que nossas diferenças, sociais, culturais, biológicas, religiosas, raciais, entre outras, não nos classifica diante a sociedade citamos o artigo 2º da Declaração Universal, dos direitos humanos, ONU, 1948,

Artigo 2.

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Países signatários da ONU, como o Brasil, tem seus documentos legislativos pautados nestes princípios, conforme o artigo 5º da Constituição Federativa, Brasil 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade...

Estendendo estes direitos para a educação em âmbito nacional nos deparamos com o artigo 227,

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (EC no 65/2010)

Em 2015, sob o governo da presidenta Dilma Roussef, é instituída a lei de número 13.146 que normaliza o estatuto da pessoa com deficiência, contribuindo para a execução dos direitos legais, *Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.*

Conferido à família, estado e toda a sociedade a manutenção destes princípios, sobretudo no que concerne ao adolescente e crianças gozar destes direitos. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases, artigo 3º, 1996, reafirma que, O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Ou seja, os documentos legislativos, em âmbito nacional, apresentam-se adequadamente em relação aos princípios de igualdade. Em um universo que envolve, cultura, lazer, trabalho e educação, o presente artigo discutirá a inclusão de pessoas com deficiência na educação.

Referente ao acesso, permanência e direito os documentos oficiais de São Paulo, com orientação da Base Comum Curricular Nacional (BNCC, 2018), são garantidos conforme o Currículo Paulista de Ensino, 2019, 26-27,

Segundo a perspectiva defendida pelo Currículo Paulista, a equidade diz respeito à inclusão de todos os estudantes nas escolas e à garantia de seu direito a educação pública e de qualidade prevista na LDB, na Constituição, na legislação estadual e dos municípios paulistas.

Reafirmando, em âmbito municipal, o Currículo da Cidade, SME, 2019, destaca-se um olhar específico em que,

A ideia de educação inclusiva sustenta-se em um movimento mundial de reconhecimento da diversidade humana e da necessidade contemporânea de se constituir uma escola para todos, sem barreiras, na qual a matrícula, a permanência, a aprendizagem e a garantia do processo de escolarização sejam, realmente e sem distinções, para todos.

Com esta breve apresentação percebemos que os documentos legislativos, incluindo os Currículos Paulista de Ensino, 2019, estadual e o da Cidade, 2019, municipal, reafirmam ações para a inclusão de pessoas com necessidades especiais, ou alguma deficiência, na sociedade.

Entretanto, a prática destes direitos, sobretudo nas escolas, referente ao acesso e permanência do educando(a) não ocorrem, de forma igualitária devido a manutenção de práticas pedagógicas que mantêm, ou perpetuam, essa negligência. Conforme Montam, e Pietro, 2006, p.33,

As instituições escolares, ao reproduzirem constantemente o modelo tradicional, não tem demonstrado condições de responder aos desafios de inclusão social e do acolhimento as diferenças nem promover aprendizagens necessárias a vida em sociedade.

UM OLHAR DE CRITICIDADE ENTRE O DIRETO E SUA EXECUÇÃO

De fato, há avanços no legislativo no que se refere a inclusão dos alunos(as) com deficiência, entretanto mudanças significativas, no âmbito escolar, devem ser consideradas, assim afirma Pletsch, 2009, p.145,

É preciso compreender que mudanças na educação para atender ao paradigma vigente de inclusão educacional dependem de diversos fatores, como, por exemplo, o contexto social, econômico e cultural em que se insere a escola, as concepções e representações sociais relativas à deficiência e, por fim, os recursos materiais e os financiamentos disponíveis à escola....

Ou seja, adaptações para o exercício deste direito na educação requer mudanças nas estruturas educacionais. Visto que, na análise Gritti e Rodrigues, 2019, p.45, essas mudanças são indispensáveis para o atendimento a este público,

A educação inclusiva é considerada um paradigma educacional que se apoia na noção de direitos humanos e à construção de sistemas educacionais inclusivos, necessitando, para isso, de importantes mudanças na cultura e na estrutura escolar, de modo a tornar possível o atendimento a todas as especificidades dos alunos.

No que se refere às mudanças necessárias a prática docente referente às aprendizagens em sala de aula são ações necessárias. Montoan, 2003. P. 12, propõem uma ruptura na atual organização escolar como saída para o exercício da inclusão,

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

Portanto, é ímpar o olhar docente referente a esta mudanças a começar na gestão de sala de aula. Conforme o Currículo Paulista de Ensino, 2019. p.469, referente à Area de Ciências Sociais caberá ao professor criar estratégias pedagógicas para realizar a inclusão em sala de aula, *(EF05HI11B*) Criar e desenvolver projetos de combate ao preconceito no âmbito escolar e/ ou na comunidade, promovendo a empatia e a inclusão.*

O Currículo da Cidade, 2019, p. 15, apresenta mudanças com a presença de profissionais, específicos, que garantam essa inclusão como, *Professores de Libras, Instrutores de Libras, Professores de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI), representantes da Comunidade Surda e pela Equipe de Assessoria.*

Reafirmamos, sob a revisão documental apresentada neste breve texto, de que há uma discrepância entre direito escrito e o exercido. Portanto caberá ao estado, família, sociedade e, princi-

palmente, ao professor mudanças para que haja a execução deste direito na escola. *Pois, o objetivo na inclusão escolar é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora de aprendizagem (Montoan, 2006, p. 40).*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esteve breve artigo, ao discorrer sobre a inclusão como direito garantido à pessoas com deficiência, cita documentos legislativos em que reafirmam o seu exercício teórico. Todavia, a luz de alguns autores notamos que ao manter uma política tradicional as escolas não contribuem para a ocorrência de mudanças deste paradigma; direito garantido e ineficiência de sua prática. Os Currículos, Paulista de Ensino, estadual, e, da Cidade, municipal, mencionam que as práticas docentes levaram em consideração toda, e qualquer, inclusão para a manutenção da igualdade de aprendizagem. Infelizmente as ações docentes, nem a escola se referindo à sua comunidade, realizam, com eficiência na inclusão, aprendizagens voltadas para mudança desta realidade. O que esperamos, com esse registro é que o professor, com suas habilidades, conhecimentos e formações continuadas, faça a diferença tornando suas aprendizagens acolhedora, sobretudo na ótica da inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base de Ensino**. Lei Nº 9394. Brasília, 1996.

BRASIL. **Estatuto da Pessoas com Deficiência. Lei Nº13.146**. Brasília, 2015. GRITTI, A.; RODRIGUES, A. G. OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NA ESCOLA. *Revista Educação em Foco – Edição nº 11 – Ano: 2019. p. 45-48.*

MANTOAN, M.T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo. Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

ONU. Assembléia Geral das Nações Unidas. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da em 10 de dezembro de 1948

PLETSCH, M. D. **A formação de professores para educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas.** Educar em Revista, Curitiba, v. 33, p. 143-156, 2009.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade : Educação Especial : Língua Brasileira de Sinais.** – São Paulo : SME / COPED, 2019.

SÃO PAULO. Secretária da Educação. **Currículo Paulista de Ensino: versão final.** 2019.

POR UM PROCESSO DE INCLUSÃO EFETIVO E A BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES EDUCACIONAIS PÚBLICAS, EQUITATIVAS E DE QUALIDADE



VANIA ANSELMO QUARTIM DE BLASIIS

A arte de contar Histórias na faculdade FАCONNECT conclusão em outubro de 2022.

RESUMO

Atualmente percebe-se que a demanda por inclusão nas instituições de educação está sendo muito mais discutida e pensada. Desde a década de noventa as políticas públicas buscam realizar o processo de inclusão das pessoas atípicas nos processos educacionais juntamente às pessoas típicas. Porém o que presenciamos é que há uma certa imprecisão nessas ações, visto que muito se fala sobre a falta do olhar às singularidades e principalmente pela falta de aporte para que essas ações sejam efetivas de fato. O que se vê no quadro de maneira geral é a falta de apoio para as unidades educacionais, faltando especialistas dentro e fora das escolas, falta apoio nas formações oferecidas e assim as dificuldades se apresentam desde a recepção das crianças e suas famílias até as ações não reflexivas e embasadas para proceder da melhor maneira no âmbito escolar e assim efetivar a inclusão de maneira equitativa e com qualidade. O papel do poder público é de extrema importância e o que se nota são tentativas, mas que ainda estão longe de chegar ao esperado para minimizar tantas dificuldades encontradas pelo público-alvo e por todos que estão envolvidos na fase institucional de educação, principalmente suas famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiente; Criança; Inclusão; Equidade.

INTRODUÇÃO

Factualmente que existe a indispensável necessidade de discussão mais aprofundada para a temática inclusão escolar de pessoas deficientes, visto que é notório que a demanda é de grande proporção e está associada às dificuldades que se encontra para sanar a problemática, quando o assunto é o acesso e permanência, e principalmente para efetivar a oferta ao direito desse grupo de pessoas de maneira efetiva, de qualidade e sobretudo aliada a busca de uma escola pública,

equitativa e de qualidade para as mesmas.

Na Educação Inclusiva esse atendimento tem como foco a aprendizagem, enquanto processo interminável e o comportamento do aprendiz. O grande desafio é possibilitar o acesso e a permanência, com qualidade, dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola. (BRAGA, 2017, p.40)

Visa-se neste artigo a discussão e reflexão para propalar ações que permitam a ampliação das formações e das reflexões sobre as ações dos profissionais de educação, os direitos das pessoas com deficiência e a responsabilidade dos órgãos públicos quanto à solução das problemáticas que surgem no decorrer dessa explanação.

Realizando todos os esforços necessários, faz-se urgente perceber que todos os indivíduos possuem suas peculiaridades e que são providos de habilidades e potencialidades que apoiam seu desenvolvimento global, e que não se pode decretar barreiras às suas ações baseando-se em suas particularidades, e sim que é possível seu desenvolvimento por meio do respeito à essas singularidades.

Quando se percebe uma sociedade que não se incomoda com o direito ao acesso e permanência dos indivíduos nas escolas ser negado, percebe-se a necessidade de reformular as ações e estratégias para que de maneira geral ela perceba que esse dever é de todos e de todas, que não podemos marginalizar a falta de oportunidades e de rede apoio às pessoas com deficiências e suas famílias.

É de suma importância perceber que as transformações quanto à situação devem existir dentro das unidades educacionais, como forma de apoio e orientação, mas que deve contar com apoio dos órgãos de saúde e públicos de maneira geral e principalmente das famílias para que essa realidade seja realmente modificada.

A escola tem a possibilidade apenas de sugerir e encaminhar aos pais o aluno para uma consulta com os possíveis especialistas, pois não é seu dever clinicar ou mesmo diagnosticar o aluno. É válido ressaltar que a responsabilidade de cuidar e zelar pela integridade do sujeito é da família e, por essa razão, todo o procedimento e diálogo deve ser feito na presença deles. (BRAGA, 2017, p.48)

O objetivo central deste trabalho é, portanto, favorecer a reflexão profissional de forma que, se permita organizar o trabalho prestado, garantido o que determina a legislação vigente desde 1988, contribuindo para pleno desenvolvimento humano. Tendo como objetivos específicos, analisar a ação do professor diante dos alunos deficientes, refletir sobre esta ação, buscando melhorias para o trato e o desenvolvimento desta criança, mas também revelando que parte do processo só pode acontecer com apoio externo.

POR UM PROCESSO DE INCLUSÃO EFETIVO E A BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES EDUCACIONAIS PÚBLICAS, EQUITATIVAS E DE QUALIDADE

Entender os desafios que rodeiam os educadores é muito importante, já que desta forma favorece-se a criação de metas que garantam um aprendizado significativo a essas crianças deficientes oferecendo-lhes qualidade de vida adulta, incentivando os pais e ou responsáveis a aceitá-los

de forma que entendam que a ideia é transformar a visão de uma criança deficiente por uma visão de criança com particularidades e necessidades próprias, mas que tem o direito de desenvolver-se plenamente com apoio das instituições de ensino.

Por isso, a importância da sua formação e o papel que precisa desenvolver dentro de sala de aula, considerando que, além do aluno permanecer parte do seu tempo em sala de aula, é de sua responsabilidade externar e evidenciar na prática pedagógica seu conhecimento teórico como profissional para planejar e organizar as atividades, o espaço e as estratégias a serem utilizadas com o objetivo de motivá-lo aprender, e dessa maneira construir um ambiente no qual possa desenvolver o maior número de habilidades possível. (BRAGA, 2017, p.82)

Diante desta afirmativa, busca-se responder em que medida a formação docente poderia favorecer a inclusão efetiva desta criança na sociedade? Seria possível desenvolver um trabalho adequado com deficientes que favoreça suas necessidades, oferecendo-lhes um aprendizado significativo contribuindo para seu desenvolvimento na vida adulta?

Segundo Mantoan (2004), a inclusão é uma saída para que a escola possa fluir novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam, modificando a realidade da escola vigente, porém para entender como ocorrem estas mudanças, é necessário que se faça um breve histórico do processo inclusivo ao qual a escola está passando.

Ao tratar a inclusão social, e a realidade brasileira e mundial, as políticas públicas, buscam promover uma grande transformação política e social, que garanta a todos o direito de conviver livremente em sociedade.

Cronologicamente, a educação de maneira geral, bem como a educação especial passaram por transformações importantes que fizeram grande diferença para o processo educacional que vivemos hoje.

Em 1950, modificam-se os olhares para a educação Especial no Brasil, com o decreto Imperial nº 1428, assinado por Dom Pedro, na cidade do Rio de Janeiro. Mas, a visão de que a educação deveria seguir modelos tradicionais era evidente, classificava as escolas como templos do saber, sendo este, um espaço privilegiado.

Nem todos os alunos com deficiência, cabiam nas turmas tradicionais, pois estes possuíam especificidades únicas e a forma de conhecimento, os professores continuavam presos aos programas, horários, currículos que não ofereciam motivação nenhuma e as bibliografias eram a mesma oferecida por séculos, o que segundo Mantoan (1998), não permitia a escola mudar como um todo, levando os alunos a mudar para se adaptar. Tudo por exigência do sistema antiquado aos quais os educandos foram inseridos, abriu-se os portões das escolas, mas não a prepararam para recebê-los.

Com a Revolução Industrial, a tecnologia e o desenvolvimento, um novo “aluno” se criou, levando a escola a modificar seu papel de moldar o indivíduo de forma que este adquirisse a forma de apresentar-se nos modelos sociais oferecidos. A democracia construída pela abertura das escolas, foi confundida com declínio do processo da educação levando a falência na qual esta se encontra (Freire e Shor,1987).

Neste mesmo período a Educação Especial, contribuiu para o inchaço da escola pública, necessitando deslocar profissionais e recursos modificando os métodos e técnicas para garantir aos alunos de necessidades especiais vagas nas escolas regulares (Mantoan, 1998).

Durante muito tempo, este se revelou um sistema de ensino a parte, em meados de 1980, constituiu várias discussões no Brasil em favor dos direitos sociais, garantidos pela Constituinte, enfatizando as reivindicações populares, e as demandas dos grupos ou categorias até então excluídos dos espaços sociais, ampliando a luta pela qualidade da educação das pessoas com necessidades especiais (Referencial sobre a avaliação da aprendizagem de alunos com necessidades especiais).

Com o surgimento deste novo modelo de escola, passou-se a questionar a visão política observando que a escola poderia ser um espaço de abordagem política e de possível construção da cidadania como prática de libertação (Freire, 1987).

Segundo Godoy, a norma Oficial Federal utilizadas também no estado de São Paulo, obedece às recomendações internacionais, ao incluir no sistema de ensino comum a pessoa portadora de deficiência e ressalta a necessidade de apoio especializado e professores qualificados para trabalhar com estes alunos, tal informação consta também de emenda Constitucional, art.208.

Neste período, as portas foram abertas para a educação inclusiva, esta, é marcada pelo fracasso da evasão, por não possuir características adequadas para tal inclusão uma vez que o acesso foi oferecido. Os alunos se sentiam marginalizados pelo constante constrangimento e baixa estima, resultando assim na evasão escolar que favoreceria exclusão e não a inclusão do indivíduo, sendo muito insuficiente (Mantoan, 1998)

As escolas não foram reconstruídas para adequar-se aos alunos que chegavam, os alunos é que deveriam adequar-se aos espaços ou então se evadiam por serem rotulados ou por fugirem do modelo de aluno ideal para a educação regular (Mantoan, 1998).

Neste processo, a discussão sobre a inclusão que se torna uma exclusão está bem definida nos escritos de uma discussão organizada por Sawaia, que cita que o indivíduo dito incluso “gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído, até sentir-se discriminado e revoltado” (2001). A escola passou então a receber o deficiente, porém continuando a ter um modelo de ideais capitalistas, sendo utilizada como propaganda para os políticos vigentes, seguindo o caminho programado para alcançar tais ideais.

O local de distribuição do saber deixa de ser o espaço de criação e recreação do conhecimento, das descobertas, fechando as possibilidades de seus profissionais mostrar o seu melhor, e ajudar seus alunos na busca de novos conhecimentos, transformando-se em depósitos humanos, onde todos podem entrar, mas nem todos alcançam o sucesso esperado. O que não se esperava, no entanto, era que a inclusão entrasse nas escolas de forma irreversível, obrigando-as a recebê-la de qualquer maneira (Mantoan, 1998).

Esta decadência educacional ocorre não somente devido à falta de estruturação ou despreparo, mas também pela falta de revisão curricular, pois o sistema exige a inclusão destes indivíduos, para garantir-lhes o acesso e a permanência nas instituições de ensino como lhe é de direito e está

prescrita na LDB, além do medo de falhar resultando em um possível fracasso, acabando na não aceitação do indivíduo portador de necessidades especiais (Mantoan, 1997).

A forma com que a escola é administrada também não combina com os atuais objetivos escolares, ela está mais ligada a administradores ou contadores do que o educador, pois, há um modelo a ser seguido por todas elas, como se alunos e professores fossem sempre os mesmos e se suas necessidades fossem as mesmas, bem como sua localização e região, criando um desgaste enorme para quem trabalha e estuda nesta realidade já que nenhuma comunidade é igual à outra, e as necessidades são diferenciadas. Não se respeita as diferenças entre os indivíduos e seu histórico cultural regional.

É possível observamos o total despreparo de alguns profissionais que enxerga a criança como incapaz, por não conseguir jogar futebol. Não há a visão do especial como um todo, costuma-se observá-lo como a deficiência em si, renegando suas outras potencialidades.

Para que o professor não sofra em sala de aula, é preciso que as universidades os preparem para a realidade que vão encontrar, levando-os a compreender o limite de seu poder e percebendo que lecionar hoje apesar da formação recebida e continuar sendo ministrada da mesma maneira que a qualquer outro profissional, ser Professor é mais que profissão é vocação e que muito da perícia de transmitir o conhecimento está na prática do que se faz e de como se faz. (Mantoan,1997)

Os coordenadores dos cursos precisam perceber que o indivíduo que busca o conhecimento nas escolas superiores, busca também refletir sobre o papel do professor/educador de forma ampla, tornando-se consciente de que o conhecimento está exposto, mas que precisa ser aperfeiçoado. E que os meios para que isto possa ocorrer de forma satisfatória, sem os programas padronizados, imponentes e bem apresentados, mas escritos de forma a contemplar a clientela que se tem nas mãos. (RCNEI,2007)

Como exemplo temos o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em seu art. 54, item III prevê o atendimento educacional especializado as pessoas portadoras de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, porém não oferecem espaços adequados, ou qualificam estes profissionais colocando-nos em uma grande cilada que por vezes transformam os educadores em grandes réus do processo por não saberem o que fazer com estes indivíduos.

A família também desestruturada deixa de oferecer ensinamento e limites aos seus infantes especiais para que estes aprendam a viver em sociedade, esperando que a escola o faça a maioria delas, busca a inclusão, mas quando percebem a exclusão a qual é imposta aos alunos de forma cruel costumam nem os levar às aulas, por considerá-las chatas, cansativas e desrespeitosas, sem a qualidade intelectual necessária.

Esta falta de maturidade para identificar a importância da escola na vida do indivíduo dito especial, prejudica muito a construção de uma sociedade digna, com a falência da instituição Família, e com o despreparo das entidades educacionais, os educandos encontram-se desprovidos de fatores educacionais importantes, criando com isto um rol de pessoas desprovidas de sentidos básicos de cooperação, responsabilidade, solidariedade, respeito, reciprocidade etc.

É preciso considerar que inserir na sala de aula um aluno sem oportunizar estratégias que possam contribuir para o seu aprendizado pode comprometer as aquisições futuras ou estagnar o processo. Portanto, a integração pela integração, sem colocar a frente desta atitude uma objetividade, acaba não atingindo o ponto crucial da Integração escolar. (BRAGA, 2017, p.12)

Maria Montessori (1870/1956), médica italiana que aprimorou os processos de inteligência, oferecendo educação moral em detrimento da cura pedagógica. A grande inovação oferecida por ela foi a de ajustar o método pedagógico à individualidade motivacional do deficiente, com técnicas de uma educação especial não somente com o objetivo de corrigir o repertório (Passoti, 1984).

Analisando a educação na situação em que se encontra, imagina-se que esta não tem mais jeito, está falida, mas não é verdade, ela passa por uma fase de reflexão muito importante, na qual para que o ensino seja de qualidade e os deficientes sejam valorizados, com olhar atento ao afetivo como ponto crucial para alcançar esses objetivos, bem como ao contexto social e comportamental.

Nas últimas décadas, por motivos sociais e educativos, desenvolveu-se uma verdadeira preocupação em atender aos que têm necessidades educativas especiais e integrá-los de maneira efetiva nas salas de aula. Paralelamente a esse processo, há pelo menos três causas que levaram a focalizar a atenção nos problemas emocionais, sociais e de conduta dos alunos e em relação com as dificuldades de aprendizagem. (LÓPEZ, 2004, p.113)

Para tanto, são realizadas constantes registros, possibilidades e desafios, para que seja estruturado um marco histórico, considerando este um dos momentos mais importantes para educação inclusiva (Mantoan, 2004).

Sendo assim, a necessidade de criar postura, e mudar o que pensam a sociedade, é um importante desafio, da escola com o ideal de buscar uma sociedade mais humana, mais fraterna, independente das condições físicas, psicológicas emocionais ou linguísticas de cada um permitindo ao indivíduo que construa a sua história (Mantoan, 1997).

O grande objetivo educacional da década, é a inclusão das pessoas com necessidades especiais, no sistema regular de ensino, e este proporciona, um grande desafio para profissionais da área e órgãos competentes, pois a sociedade mostra-se ainda incompreensível, insensível e não comprometida com seus deficientes, mas é preciso construir mecanismos que modifiquem esta realidade (Gentili,1995).

O autor segue afirmando que desde que a criança nasce, ela é convidada a conviver em um ambiente que lhe oferece uma educação em conjunto, pois a mesma ao nascer já é inclusa em uma sociedade, pois esta aprende a viver com sua família, tendo neste local um ambiente de conhecimento e desenvolvimento, construindo através de influências do meio sua forma de agir, pensar e agir.

Desta maneira, a criança tem a oportunidade de participar de outro meio sociocultural, interagindo com diferentes parceiros, tendo nas escolas espaço aberto para realizar estas experiências. O compromisso das instituições escolares gira em torno de garantir o direito de viverem situações acolhedoras, seguras, agradáveis e desafiadoras selecionando os valores dos ensinamentos oferecidos.

Uma vez que através dos estímulos adequados, é possível contribuir para que as crianças construam uma relação humana nas atividades socioculturais oferecidas de maneira concretas per-

mitindo que seus saberes fundamentais e suas funções psicológicas (afetivas, cognitivas, motoras, linguísticas) sejam modificadas ao mesmo tempo, desenvolvendo assim novos aprendizados durante as atividades oferecidas.

Estas múltiplas experiências favorecem a apropriação de códigos criados pelo homem dando sentido a todas as relações com o mundo a natureza e a cultura, estando estas, interligadas a outros mundos como a técnica, a ciência, a política e a arte, fazendo parte da produção humana, relacionadas nelas mesmas.

Aprender, portanto, para os deficientes, pode ser entendido como o processo de modificação e aperfeiçoamento do modo de agir, sentir e pensar informações após, construir a maturação orgânica de cada experiência. O aprendizado, portanto, é favorecido devido à relação com diferentes parceiros na relação das mais diferentes tarefas, por imitação ou por transmissão social.

Neste caso, educar num processo inclusivo significativo nada mais é que atender a necessidade física e psicológicas da criança oferecendo-lhe condições para que ela se sinta bem e segura, suprimindo todas as suas necessidades básicas garantindo-lhes o sono, o alimento, a acolhida, o suprimento suas necessidades, físicas, biológicas e psicológicas, suprimindo estas necessidades, estamos contribuindo para a formação da criança no âmbito global, permitindo que modifique sua maneira de agir, pensar e sentir transformando ambas ações a de cuidar e a de educar inseparáveis de toda ação educativa proposta pelo professor.

É observando o paradigma tradicional da escola, revendo seus currículos, percebendo que cada turma é uma turma, que cada escola é uma escola, que somos únicos, e que é impossível transformar a escola em uma grande linha de produção onde as máquinas criam peças exatamente idênticas, todos temos habilidades diferentes, necessidades diferentes e as pessoas que coordenam administram e idealizam as escolas deveriam pensar no todo, não da forma que pensam, individualizado o processo (Mantoan, 1998).

O projeto pedagógico é o que direciona o trabalho da unidade, sendo elaborado pelos educadores com a participação dos pais e das crianças, tomando como ponto inicial a concepção de criança, de aprendizagem e as metas que se pretende alcançar após o desenvolvimento dos educandos.

Estas experiências sugeridas, além de contribuir com o desenvolvimento, permitem criar uma esfera exploratória que contribui para que professores estejam frequentemente em sintonia com o que deve ser ensinado, para que a dificuldade relacionada a cada assunto seja sanada, envolvendo as crianças em trabalhos, motores, afetivos, de linguagem e sensações, contribuindo para que elas percebam as diferenças entre si e se envolvam nos trabalhos propostos.

Para o autor, todos devem estar matriculados na unidade escolar, pois a inserção destes no ambiente escolar favorecem o desenvolvimento psíquico da criança. Ao nascer a criança encontra-se em um ambiente social com valores culturais específicos, ao adentrar nos muros da escola, estes conhecimentos são aprimorados devido ao estabelecimento das relações com o outro. As aquisições do aprendizado criado através destas experiências são chamadas de apropriação.

Segundo Vygotsky, a educação é importante para que o sujeito se reconheça como participante da sociedade, transformando o conhecimento adquirido como fruto do trabalho realizado entre professores, alunos, família, equipe técnica, construindo um aprendizado coletivo.

O nível de desenvolvimento real, passa ao nível de desenvolvimento potencial, uma vez que a exploração e a comparação realizada entre o conhecimento adquirido e a experiência oferecida criem um conhecimento ampliado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é sem dúvidas um dos locais mais importantes para o desenvolvimento de toda criança. Cheia de estímulos, experiências, oportunidade de interações diversas, o primeiro contexto social após a família.

As escolas que dão uma atenção especial à interação social dos alunos, que avaliam os progressos acadêmicos dos alunos integrados de acordo com suas possibilidades e não em comparação com seus colegas e que trabalham particularmente em grupos de cooperação heterogêneos têm mais possibilidades de melhorar a competência social e autoestima dos alunos. (MARCHESI, 2004, p.35)

Mas a escola com tudo o que há de melhor, não basta por si só quando o assunto são as crianças com deficiências e transtornos e a peculiaridade que cada uma traz, bem como a diversidade nas necessidades. Assim sendo faz-se necessário um suporte de uma equipe multidisciplinar para apoiar nesse desenvolvimento. Na mediação do processamento das informações que a criança recebe. Toda criança com necessidades especiais deveria ter assegurados na prática seus direitos.

Na escola pública existe sim, a boa vontade de muitos profissionais da educação, porém falta estrutura humana de apoio, especialistas em educação especial inclusiva, aporte dos órgãos de saúde, efetivações das leis por parte do poder público.

Nas escolas que possuem estagiário, falta formação específica, o pouco que se tem foi por uma busca dos profissionais e não de maneira efetiva e proporcionada pelos órgãos responsáveis. Algumas não contam com estagiário. O Auxiliar de Vida Escolar, quando presente é sobrecarregado, muitas vezes 1 para mais de 10 crianças.

É óbvio e indiscutível que as crianças com necessidades especiais precisam e devem estar nas escolas regulares, o que falta é a sensibilidade do poder público para apoiar de maneira adequada a inclusão.

Falta espaço específico para a implementação de ações básicas contidas em legislação:

A inclusão educacional é um direito do aluno e requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito de todos à escolarização. No contexto das políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo da escola se insere a organização das salas de recursos multifuncionais, com a disponibilização de recursos e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades dos alunos público-alvo da educação especial matriculados no ensino regular. (BRASIL, 2013, p. 5)

Simplificando a situação: escola com pelo menos uma equipe multidisciplinar de apoio terapêutico, além obrigatoriedade da terapia em locais próprios no contraturno, formação para todos os profissionais da educação de responsabilidade do setor público.

Por vezes parece faltar sensibilidade de quem deveria lutar por uma educação de qualidade, integral e inclusiva, mas de maneira certa o que falta é o cumprimento das leis de proteção das crianças deficientes e de garantia digna ao acesso e permanência dessas, pensando que futuramente elas necessitarão dessas experiências para terem um pleno desenvolvimento humano.

Alguns princípios básicos para guiar a efetivação do compromisso proposto para a educação diante deste processo inclusivo, foram:

- a) O desenvolvimento da criança através de um processo recíproco;
- b) Educar e cuidar entendendo que ambas são inseparáveis em toda ação educativa;
- c) Todos são iguais, apesar de diferentes, favorecendo a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais;
- d) O adulto é mediador da criança em toda a aprendizagem;
- e) Favorecer a parceria com as famílias, considerando-a ponto principal para a realização do trabalho (RCNEI, 1998).

A necessidade de preparar as escolas e o sistema educacional, ao qual este aluno será incluso é de extrema importância pois não se pode garantir qualidade de ensino esperando que o aluno se adeque sozinho ao sistema educacional. Percebemos que ao valorizar profissional oferecendo meios para que seu conhecimento esteja sempre sendo renovado, o sistema está valorizando o processo pedagógico e o psicopedagógico, estabelecendo uma relação ampla com o saber e o aprender, vencendo desafios e enfatizando a resolução dos problemas causados pelas dificuldades dos alunos.

Concluimos também que órgãos da educação, segurança e assistência social, pois as construções e reestruturações desta são de suma importância para que amenizar, a pressão sofrida pelos educadores no processo de ensinar, pois assim estes aprenderiam a lidar com a demanda tão heterogênea que estão recebendo em sala de aula.

A reestruturação dos prédios, do material e dos espaços onde estes serão trabalhados também devem ser revistos, para que a integridade intelectual do deficiente não seja desperdiçada, pois, os acontecimentos e descobertas científicas tem acontecido a uma velocidade fenomenal e estes há seu tempo conseguem desenvolver seu saber, como qualquer indivíduo normal.

Há a necessidade também da ampliação dos projetos que deram certo acerca do assunto, favorecendo a informação, unificando estados e prefeituras, em prol do sucesso da causa, entendendo, que independente do setor que lhe competem, os governantes precisam unificar a sociedade.

Para o sucesso completo da educação é preciso entender o contexto social a que o ensino tem se proposto, permitindo que o professor se transforme como as borboletas, para que este bus-

que seu objetivo, trabalhando contra a discriminação que ai esta, com os conhecimentos voltados a todos os alunos, mostrando que está à frente de sua sala, mas, o poder não está centralizado em si, que todos são protagonistas do conhecimento, que estão lá buscando novas experiências para o crescimento individual de cada um (MEC,2004).

O fortalecimento do grupo através do respeito mútuo fortalece a equipe, fazendo com que o professor perceba que ele não está só, e a verbalização do eu, faz com que todos se sintam uns só, responsáveis pela resolução do problema arrancando o professor do anonimato e levando-o ao sucesso esperado.

A cada minuto, busca-se criar uma sociedade humanitária, menos preconceituosa, menos injusta, contribuindo para que crianças deficientes sejam respeitadas por suas limitações sejam vistas como iguais, garantindo-lhes o acesso e permanência nas escolas, favorecendo-lhes a construção de sua aprendizagem e seu desenvolvimento. Porém, as escolas, tem em para si um grande desafio de promover as interações destes deficientes, com outras crianças que ampliem o seu repertório cultural, favorecendo novas aprendizagens.

O reconhecimento destas diferenças, aceitando-as como desafios a serem superados pela natureza humana, sem pré-conceitos, favorecem o aparecimento e o reconhecimento das potencialidades humanas, sendo possível permitir criar, descobrir e reinventar novas estratégias pedagógicas que incluam atividades que garantam a participação de todos os alunos, respeitando as dificuldades e restrições de cada um deles, reconhecendo cada uma das dificuldades reconstruindo a pratica pedagógica conforme a dificuldade apresentada.

O professor é o parceiro mais importante para a construção da aprendizagem da criança deficiente, sendo que este deve ser sensível as necessidades e desejos favorecendo as relações que se estabelecem entre si. Esta mediação se dá quando o professor busca integrar a criança com significações históricas, que contribuem para que a criança entenda o que ocorre no mundo, desta forma, a atitude que o professor toma diante do seu aluno, é que direcionará a qualidade e a eficiência do trabalho realizado, garantindo ou não o desenvolvimento desta criança.

O trabalho com as famílias, requer que os educadores busquem entender suas dificuldades, contribuindo para que se estabeleça a parceria favorecendo a construção de um trabalho pedagógico eficiente. Basicamente é preciso compreender os desafios da profissão e como ela é impactante na vida de crianças e famílias.

Todas as pessoas já tiveram ao menos um professor que ficou marcado na memória por um bom motivo, e a razão disso não é o conteúdo programático oficial que foi repassado em uma aula, mas, sim, uma frase colocada de modo oportuno, um posicionamento preciso diante de um problema ou um incentivo para que o aluno enfrentasse determinada situação da vida. (SARTORI, 2018, p. 12)

Para tanto, é preciso que o professor desenvolva habilidades para que perceba estas necessidades, aprendendo ao mesmo tempo lidar com a emoção e as dificuldades dos pais, e ainda reformular as suas próprias emoções e valores, para facilitar a relação com as famílias e com os alunos. Sendo que o grande beneficiado com estas relações passa a ser a criança.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina na escola – Alternativas teóricas e práticas**. São Paulo, SP. Ed. Summus Editorial, 1996.

BRAGA, Ana Regina Caminha. **Transtornos Globais de Desenvolvimento e Altas Habilidades**. 1. ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2017.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA**. Brasília, 1990.

BRASIL Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

CARVALHO, Rosita Elder. **Educação inclusiva, com os pingos nos is**. Porto Alegre, SC. Ed. Mediação, 2006.

COLL, César. et al. **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. ed. Porto Alegre

Declaração de Salamanca (1994). **Princípios, Política e Prática na área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha.

DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças**. São Paulo, SP. Editora Phorte, 2006.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. **Medo e ousadia, o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro, RJ. Ed Paz e Terra, 1987.

MANTOAN, Maria; EGLÉR, Teresa. et al. **A integração da pessoa com deficiência. Contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo, SP. Ed. Memnon, 1997.

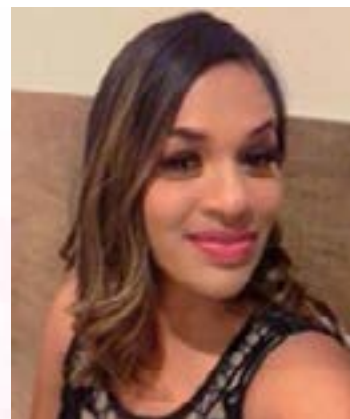
MANTOAN, Maria; EGLÉR, Teresa. et al. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo, SP. Ed. Memnon, 2001.

SARTORI, Rodrigo Vinícius. **Novos caminhos para profissionais da educação**. 1. ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2018.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis, RJ. Ed Vozes, 2001.

SKILIAR, Carlos. **Educação e exclusão**. Porto Alegre, SC. Ed. Meditação, 2001.

O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO NO PROCESSO APRENDIZAGEM



YARA DA SILVA FARIA

Graduação em Letras pela Faculdade Anhanguera (2012); Especialista em Psicologia Escolar pela Faculdade Faconnect (2022); Professora de Ensino Fundamental II - Língua Portuguesa - na EMEF CEU Pera Marmelo.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo retratar a importância das novas tecnologias de informação e comunicação na educação, as novas tecnologias estão transformando a forma como a educação é entregue e experimentada em todo o mundo, elas permitem que os educadores adaptem o ensino às necessidades individuais dos alunos, oferecendo experiências de aprendizagem personalizadas e eficazes. O trabalho visa apresentar os novos métodos tecnológicos no processo de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Informação e Comunicação; Tecnologia na educação; Qualificação docente.

INTRODUÇÃO

A tecnologia tem desempenhado um papel cada vez mais importante na educação, oferecendo uma série de benefícios e oportunidades para professores e alunos.

Uma das maiores vantagens da tecnologia na educação é a possibilidade de personalização do aprendizado. Com a ajuda de softwares e aplicativos educacionais, os professores podem adaptar os materiais didáticos e as atividades de acordo com as necessidades e habilidades individuais de cada aluno.

Além disso, a tecnologia pode tornar o ensino mais interativo e envolvente, permitindo que os alunos aprendam de maneira mais lúdica e criativa. Os recursos multimídia, como vídeos, jogos educacionais e animações, podem ser utilizados para explicar conceitos complexos de forma mais clara e visual.

Outra vantagem é a possibilidade de aprendizado à distância, que se tornou ainda mais im-

portante durante a pandemia da COVID-19. Com o uso de plataformas online e ferramentas de videoconferência, os alunos podem participar de aulas e atividades remotamente, sem a necessidade de estar fisicamente presentes na escola.

No entanto, é importante lembrar que a tecnologia não deve ser vista como uma solução única para todos os problemas educacionais. Ela deve ser utilizada de maneira consciente e equilibrada, integrada ao currículo e às metodologias de ensino de forma a complementá-las e não substituí-las.

O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZADO

A tecnologia e a comunicação são áreas interligadas que impactam profundamente a sociedade atual. A tecnologia é responsável por desenvolver novas ferramentas e dispositivos que permitem uma comunicação mais eficiente, rápida e acessível, enquanto a comunicação é a base da interação social, permitindo a troca de informações, ideias e emoções entre as pessoas.

Com o avanço da tecnologia, a comunicação se tornou mais acessível e rápida, permitindo que as pessoas se conectem em tempo real, independentemente da sua localização geográfica. A internet, por exemplo, é uma ferramenta que revolucionou a forma como nos comunicamos, permitindo o acesso a informações e recursos em tempo real, além de facilitar a interação entre pessoas de diferentes partes do mundo.

As redes sociais também são um exemplo de como a tecnologia e a comunicação estão interligadas. Elas permitem que as pessoas se conectem, compartilhem informações, criem comunidades e se expressem livremente. No entanto, também podem ser fonte de desinformação, disseminação de ódio e violência virtual.

Além disso, a tecnologia tem permitido o desenvolvimento de novas formas de comunicação, como a realidade virtual e aumentada, que oferecem experiências imersivas e interativas. A inteligência artificial também tem sido cada vez mais utilizada em ferramentas de comunicação, como assistentes virtuais, chatbots e sistemas de tradução automática.

De modo, a tecnologia e a comunicação são áreas que estão constantemente evoluindo e influenciando a forma como nos relacionamos e interagimos com o mundo. É importante estarmos atentos aos avanços e seus impactos na sociedade, a fim de aproveitar as oportunidades oferecidas por essas áreas e mitigar seus possíveis efeitos negativos.

A tecnologia tem transformado significativamente a maneira como as pessoas aprendem e ensinam. Por exemplo, a internet tornou possível que estudantes de qualquer parte do mundo tenham acesso a recursos educacionais online e se comuniquem com professores e colegas de classe virtualmente. A tecnologia também pode tornar o processo de aprendizagem mais interativo e envolvente, através do uso de jogos educacionais, simulações e outras ferramentas digitais.

João Manuel Moran Vieira busca uma definição para tecnologias de informação e comunicação educacionais como:

(...) são os meios, os apoios, as ferramentas que utilizamos para que os alunos aprendam. A forma como os organizamos em grupos, em salas, em outros espaços isso também é tecnologia. O giz que escreve na lousa é tecnologia de comunicação e uma boa organização da escrita facilita e muito a aprendizagem. A forma de olhar, de gesticular, de falar com os outros isso também é tecnologia. O livro, a revista e o jornal são tecnologias fundamentais para a gestão e para a aprendizagem e ainda não sabemos utilizá-las adequadamente. O gravador, o retroprojektor, a televisão, o vídeo também são tecnologias importantes e muito mal utilizadas, em geral. (VIEIRA, 2003, p. 151)

Segundo Moran (2003, p. 151) faz uma importante reflexão sobre o papel da tecnologia na sociedade atual. A tecnologia tem sido um fator determinante na transformação do mundo em que vivemos, trazendo inúmeras possibilidades de conexão, comunicação e acesso à informação. No entanto, seu uso deve ser orientado para um propósito maior, que é a busca por um mundo mais justo, solidário e humano.

Moran considera "... importante diversificar as formas de dar aula, de realizar atividades, de avaliar", afirmando:

Haverá uma integração maior das tecnologias e das metodologias de trabalhar com o oral, a escrita e o audiovisual. Não precisaremos abandonar as formas já conhecidas pelas tecnologias telemáticas, só porque estão na moda. Integraremos as tecnologias novas e as já conhecidas. As utilizaremos como mediação facilitadora do processo de ensinar e aprender participativamente. (MORAN, 2000, p. 137-144)

Segundo Moran, a tecnologia tem um papel importante no processo educacional, não apenas como uma ferramenta para tornar o ensino mais eficiente, mas também como um meio de melhorar a participação e a colaboração entre os alunos. A utilização de recursos tecnológicos como o audiovisual pode proporcionar um aprendizado mais dinâmico, atraente e interessante para os alunos.

As metodologias de ensino também evoluíram para se adaptar às novas tecnologias, com a implementação de métodos mais participativos e colaborativos, como o ensino híbrido e o ensino à distância. Essas metodologias permitem a interação entre alunos e professores, independentemente da localização geográfica.

No entanto, é importante lembrar que as tecnologias não devem substituir completamente as formas de ensino tradicionais, mas sim complementá-las. É preciso equilibrar o uso das novas tecnologias com a interação pessoal e o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais e criar outros espaços.

Essa citação de Pierre Levy 2000, pode ser interpretada como uma reflexão sobre a importância de criar um espaço de conhecimento que seja acessível e compreensível para todos, com ferramentas e conceitos que permitam a navegação e a busca de informações relevantes.

Constituir o Espaço do saber seria, em especial, dotar-se dos instrumentos institucionais, técnicos e conceituais para tornar a informação "navegável", para que cada um possa orientar-se e reconhecer os outros em função dos interesses, competências, projetos, meios, identidades recíprocas no novo espaço (LÉVY, 2000, p. 25).

Segundo Levy, essa ideia implica não apenas a disponibilidade de recursos técnicos, como a internet e as tecnologias digitais, mas também de estruturas institucionais que garantam o acesso à informação de forma equitativa e democrática.

Ao tornar o espaço do saber “navegável”, cada indivíduo poderá encontrar informações relevantes de acordo com seus interesses, habilidades, projetos e identidade, além de ser capaz de reconhecer e se comunicar com outras pessoas que compartilham desses mesmos elementos. Isso cria um ambiente propício para a troca de ideias, o aprendizado colaborativo e o desenvolvimento de projetos coletivos.

Freire afirma que não deveríamos tentar dominar as tecnologias, mas compreendê-las em sua totalidade, para projetar a construção do pensar e agir coletivo, contribuindo para os sentidos da existência e da produção das relações humanas.

A educação não se reduz à técnica, mas não se faz educação sem ela. Utilizar computadores na educação, em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa de nossos meninos e meninas. Dependendo de quem o usa, a favor de quem e de quem e para quê. O homem concreto deve se instrumentar com o recurso da ciência e da tecnologia para melhor lutar pela causa de sua humanização e de sua libertação. (FREIRE, 2001, p. 98)

O educador Paulo Freire acreditava que não deveríamos apenas tentar dominar as tecnologias, mas sim compreendê-las em sua totalidade e em relação ao contexto social, político e econômico em que são utilizadas. Ele argumentava que as tecnologias são ferramentas poderosas que podem ser usadas tanto para a libertação quanto para a opressão, dependendo de como são utilizadas e para quais fins.

Assim, para Freire, era importante entender como as tecnologias funcionam e como elas afetam as relações humanas, a fim de projetar sua utilização de forma a contribuir para o pensar e agir coletivo. Isso significa que as tecnologias não devem ser vistas como um fim em si mesmas, mas sim como ferramentas para alcançar objetivos coletivos que promovam a justiça social e a igualdade.

Dessa forma, compreender as tecnologias em sua totalidade é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, em que as relações humanas sejam pautadas pela solidariedade, empatia e cooperação. A educação desempenha um papel fundamental nesse processo, pois é através dela que podemos desenvolver o pensamento crítico e a consciência social necessários para a compreensão das tecnologias em sua totalidade e utilizá-las para o bem comum.

A compreensão crítica da tecnologia, da qual a educação de que precisamos deve estar infundida, é a que vê nela uma intervenção crescentemente sofisticada no mundo a ser necessariamente submetida a crivo político e ético. Quanto maior vem sendo a importância da tecnologia hoje tanto mais se afirma a necessidade de rigorosa vigilância ética sobre ela. De uma ética a serviço das gentes, de sua vocação ontológica, a do ser mais e não de uma ética estreita e malvada, como a do lucro, a do mercado. (FREIRE, 2000, p. 46).

Freire (2000, p. 46) faz uma reflexão sobre a necessidade de uma compreensão crítica da tecnologia, que reconheça a sua crescente intervenção no mundo e a submeta a um crivo político e ético rigoroso. A importância da tecnologia na sociedade atual é inegável, mas isso não significa que devemos aceitar passivamente todas as suas consequências.

A tecnologia é uma ferramenta que pode ser usada tanto para o bem como para o mal, dependendo dos interesses envolvidos. Por isso, é essencial que haja uma vigilância ética sobre o seu uso, para que ela seja colocada a serviço das pessoas e não do lucro ou do mercado.

Essa ética a serviço das gentes é aquela que reconhece a vocação ontológica do ser hu-

mano, que é a de ser mais, de buscar a sua realização plena como pessoa. Isso implica em uma ética que não se preocupa apenas com o lucro, mas com o bem-estar da sociedade como um todo, levando em consideração questões como justiça social, igualdade, sustentabilidade ambiental, entre outras.

Portanto, a compreensão crítica da tecnologia proposta por Freire é aquela que reconhece a sua importância na sociedade, mas que também reconhece os seus limites e os seus potenciais riscos, submetendo-a a uma vigilância ética que esteja a serviço das gentes e da sua vocação ontológica.

Embora na tradição pedagógica o docente seja apresentado de forma tendenciosa como mediador dos processos de ensino e de aprendizagem, no universo das tecnologias digitais destacamos a fragilidade de um mediador (da mesma informação) à reconstrução de conhecimentos, sendo necessário um professor questionador, que lance novas perguntas e contradições, no sentido de colocar em circulação os posicionamentos e diálogos entre acadêmicos, linguagens, tecnologias e mundos de diferenças. O docente tem a função social de ser um provocador de novas questões e inquietações, e não meramente um mediador.

Na medida em que, para dominar, se esforçam por deter a ânsia de busca, a inquietação, o poder de criar, que caracterizam a vida, os opressores matam a vida. Daí que vão se apropriando cada vez mais, da ciência também, como instrumento para suas finalidades. Da tecnologia, que usam como força indiscutível de manutenção da “ordem” opressora, com a qual manipulam e esmagam. Os oprimidos como objetos, como quase “coisas”, não têm finalidades. As suas, são as finalidades que lhes prescrevem os opressores. (FREIRE, 1993, p. 47).

Freire (1993, p. 47) destaca a forma como os opressores usam a dominação para manter o poder, suprimindo a busca pelo conhecimento e a criatividade, que são características fundamentais da vida humana. Ao fazê-lo, eles não só matam a vida dos oprimidos, mas também se apropriam da ciência e da tecnologia como instrumentos para manter a ordem opressora.

Os oprimidos, por sua vez, são vistos como objetos ou “coisas” sem finalidades próprias, tendo suas metas e objetivos prescritos pelos opressores. Essa forma de opressão cria um ciclo vicioso em que os oprimidos não têm oportunidade de se libertar da dominação, pois são privados da capacidade de pensar, criar e buscar conhecimento.

Abordar a discussão sobre o potencial das tecnologias para a democratização do ensino torna-se importante, uma vez que, conforme Lévy (1999), o futuro docente não será apenas transmissor de conhecimentos, mas animador de uma inteligência coletiva e reconstrutiva dos acadêmicos, instigando-os a fundir seus conhecimentos e suas criatividade. Freire (1980, p. 69) transita com desenvoltura por outros universos formativos e diz que “a educação é comunicação” [enquanto ato pedagógico], “na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. As dimensões interativas influenciam no desenvolvimento do processo criativo da intercomunicação humana nas instituições de ensino e fora delas, entrando no conjunto das práticas sociais e podendo aclarar as limitações, contradições, restrições e preconceitos. Freire critica que as tecnologias tenham poderes mágicos sobre a existência humana, como geradoras de sucesso ou de desgraças, uma vez que as tecnologias necessitam de sujeitos criadores para funcionar, “ainda mais, para fazer novas máquinas”. (FREIRE; GADOTTI; GUIMARÃES, 1995, p. 128).

É importante, aliás, que nos defendamos de uma mentalidade que vem emprestando à máquina, em si, poderes mágicos. É uma posição “ingênua”, que não chega a perceber que a máquina é apenas uma peça entre outras da civilização tecnológica em que vivemos. Para fazer girar as máquinas, com eficiência, e recolher delas o máximo de que são capazes, se faz necessária a presença do homem habilitado. Do homem preparado para o seu manejo. (FREIRE; GADOTTI; GUIMARÃES, 1995, p. 128).

O trecho enfatiza a importância de não superestimar a capacidade das máquinas e reconhecer que elas são apenas uma peça da civilização tecnológica em que vivemos. O autor destaca que a eficiência das máquinas depende da habilidade e preparo dos seres humanos para utilizá-las da forma adequada.

Essa mentalidade ingênua que atribui poderes mágicos às máquinas pode levar a uma dependência excessiva e até mesmo a uma desvalorização da capacidade humana. É importante lembrar que as máquinas foram criadas para auxiliar e potencializar as habilidades humanas, e não para substituí-las.

Portanto, é fundamental que haja um equilíbrio entre a utilização das máquinas e a valorização do conhecimento e habilidades humanas. É necessário que haja investimento em educação e capacitação para que as pessoas possam se preparar para o manejo eficiente das máquinas e assim, tirar o máximo de benefícios que elas podem oferecer.

A tecnologia se justifica “na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeira dos homens sobre a realidade, responde à sua vocação, como seres que não podem autenticar se fora da busca e da transformação criadora”. (FREIRE, 1993, p. 72).

Freire destaca a importância da tecnologia como uma ferramenta para a criatividade e a reflexão crítica sobre a realidade. De acordo com Freire, a tecnologia não deve ser vista apenas como uma forma de produzir bens e serviços, mas como um meio de transformar o mundo ao nosso redor de maneira criativa e inovadora.

Além disso, Freire argumenta que a tecnologia é fundamental para a realização da nossa “vocação” como seres humanos, que é buscar e criar constantemente. Nós, como seres humanos, temos uma necessidade inerente de explorar o mundo e transformá-lo em algo melhor e mais significativo. A tecnologia pode ajudar a facilitar esse processo, permitindo que as pessoas se conectem, comuniquem e compartilhem ideias de maneiras diferentes.

Não tenho dúvida nenhuma do enorme potencial de estímulos e desafios à curiosidade que a tecnologia põe a serviço das crianças e dos adolescentes das classes sociais chamadas favorecidas. Não foi por outra razão que, enquanto secretário de educação da cidade de São Paulo, fiz chegar à rede das escolas municipais o computador. (FREIRE, 1996, p. 97-98).

Freire, expressa sua crença no potencial da tecnologia para estimular a curiosidade e desafiar as crianças e adolescentes de classes sociais favorecidas. Ele reconhece que a tecnologia pode ser um recurso valioso na educação, fornecendo uma ampla gama de informações e oportunidades de aprendizado interativo.

No entanto, Freire também reconhece que o acesso à tecnologia é muitas vezes limitado a certas classes sociais. Como secretário de educação da cidade de São Paulo, ele fez um esforço para fornecer acesso ao computador nas escolas municipais, buscando promover a igualdade de oportunidades na educação.

Freire vê a tecnologia como uma ferramenta poderosa para a educação, mas reconhece a necessidade de garantir que todos os estudantes tenham acesso a ela para que possam se beneficiar de seus recursos e possibilidades de aprendizagem.

Ao aprofundar-se no assunto, vemos pontos positivos com a tecnologia inserida dentro da educação, ela pode tornar as aulas mais interativas e envolventes, o que pode levar a um maior engajamento dos alunos no processo de aprendizagem.

A fim de desenvolver uma análise do processo de intenção do conhecimento, é necessário definir o seu escopo. Retenção do conhecimento consiste em três atividades: aquisição, armazenamento e recuperação do conhecimento (Walsh, Ungson, 1991, p. 57-91).

O autor define que a análise do processo de intenção do conhecimento geralmente se concentra em entender como os indivíduos adquirem, armazenam e recuperam o conhecimento. Essas atividades são consideradas essenciais para o processo de retenção do conhecimento.

A aquisição do conhecimento envolve a obtenção de novas informações e habilidades. Isso pode ser feito por meio da observação, experimentação, interação com outras pessoas, estudo ou outras atividades que permitam a absorção de novas informações.

O armazenamento do conhecimento refere-se à retenção de informações e habilidades adquiridas. O armazenamento pode ocorrer na memória de curto prazo ou na memória de longo prazo. A memória de curto prazo permite que as informações sejam mantidas por um curto período, enquanto a memória de longo prazo permite a retenção de informações por um período mais longo.

Por fim, a recuperação do conhecimento envolve a capacidade de acessar as informações armazenadas na memória de longo prazo e utilizá-las para resolver problemas, tomar decisões ou realizar outras atividades. A recuperação do conhecimento pode ser afetada por fatores como a organização das informações, a clareza das memórias e a relevância das informações para a tarefa em questão.

Portanto, a análise do processo de intenção do conhecimento considera essas três atividades em conjunto para entender como as pessoas adquirem, armazenam e recuperam informações e habilidades ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o uso das tecnologias na educação tem se tornado cada vez mais comum e pode trazer inúmeros benefícios no processo de aprendizagem dos alunos. As tecnologias podem ser utilizadas como uma ferramenta para auxiliar os professores na transmissão de conhecimento, bem como no desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos.

Uma das principais vantagens do uso das tecnologias na educação é a possibilidade de personalização do ensino. Com o auxílio de softwares e aplicativos educacionais, os professores podem adaptar o conteúdo e a metodologia de ensino de acordo com as necessidades individuais de cada aluno, promovendo uma aprendizagem mais eficiente e personalizada.

Além disso, as tecnologias podem tornar as aulas mais dinâmicas e interativas, proporcionando uma experiência de aprendizagem mais envolvente e motivadora para os alunos. Jogos educativos, simulações, vídeos e outras ferramentas podem ser utilizados para tornar o aprendizado mais lúdico e estimulante.

Outra vantagem é que as tecnologias permitem o acesso a uma grande quantidade de informações e recursos educacionais, muitos deles gratuitos e disponíveis na internet. Isso pode ampliar o repertório dos alunos e contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e informados.

No entanto, é importante lembrar que o uso das tecnologias na educação deve ser planejado e realizado de forma consciente e responsável. Os professores devem avaliar as vantagens e limitações de cada ferramenta e utilizá-las de forma adequada, de modo a não substituir completamente o papel do professor no processo de aprendizagem. Além disso, é fundamental garantir a segurança e privacidade dos alunos no uso das tecnologias.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: (Coleção Leitura), 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo e Shor, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 9a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. São Paulo: Cortez, 1995.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva: por uma Antropologia do Ciberespaço**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.**

Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

MORAN, J. M., **Novas tecnologias e mediação pedagógica**, Coleção Papirus Educação, Editora Papirus, Campinas, 16. ed., 2009.

MORAN, J. M. **As múltiplas formas de aprender.** *Revista atividades & experiências*, São Paulo, jul 2005. Disponível em: Acesso 24 jun. 2018.

WALSH, James P. and UNGSON, Gerardo Rivera. **The Academy of Management Review.** Vol 16, Nº 1 (Jan 1991), pp. 57-91.



E-mail

atendimento@fabrange.edu.br

Telefone Fixo (11) 4941-1735

 (11) 94037-5827

